



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**  
**POLO OLHO D'ÁGUA DAS FLORES**



**MÔNICA MARIA FELIX SOARES**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO**  
**AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e possibilidades**

**MACEIÓ**  
**2024**

**MÔNICA MARIA FELIX SOARES**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e possibilidades**

**Trabalho apresentado ao colegiado Curso de  
Pedagogia do Centro de Educação da  
Universidade Federal de Alagoas como  
requisito para obtenção da nota final do  
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).**

Orientadora: Prof. Dra. Elisângela Mercado

**MACEIÓ**

**2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU  
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

**Ata de sessão de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia  
na Modalidade de Educação a Distância**

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2024 foi instalada a Sessão de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Pedagogia na Modalidade de Educação a Distância, do Centro de Educação (CEDU), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), às 16:00, de forma on-line, no link: <https://meet.google.com/fdd-ibwx-jdb?pli=1> a que se submeteu o/a(s) licenciando/a(s) **Mônica Maria Felix Soares** apresentando o trabalho intitulado: **Inclusão de crianças com TEA na educação infantil: desafios e possibilidades** como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciado/a(s) em Pedagogia, tendo como Banca Examinadora, já referendada pelo Colegiado do Curso, **Profª. Dra. Abdizia Maria Alves Barros e Profª. Dra. Valeria Campos Cavalcante**, sob a presidência da **Profª. Dra. Elisangela Leal de Oliveira Mercado**.

Analisando o trabalho, a Banca atribuiu a seguinte menção:


APROVADO

REPROVADO

OBSERVAÇÃO: atender as sugestões da banca na versão final do texto a ser entregue ao Curso


Local: Maceió/Alagoas

Data: 09/09/2024

Documento assinado digitalmente  
 **ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO**  
Data: 22/09/2024 22:57:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Orientador(a)

Documento assinado digitalmente  
 **ABDIZIA MARIA ALVES BARROS**  
Data: 05/11/2024 23:14:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Avaliador(a)

Documento assinado digitalmente  
 **VALERIA CAMPOS CAVALCANTE**  
Data: 06/11/2024 00:47:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Avaliador(a)

## **Apresentação**

Nasci no Rio de Janeiro, no finalzinho da década de 70. Fui criada somente por minha mãe, uma mulher pequenina no tamanho, porém enorme em força e em garra para lutar frente às dificuldades da vida. Com 2 anos e meio de idade vim para Alagoas, juntamente com a minha mãe, mais precisamente para a cidade de Arapiraca, terra natal dela.

Casei-me aos 15 anos de idade, aos 16 anos fui mãe pela primeira vez. O casamento e a maternidade precoce me levaram para uma nova realidade que contribuiu para que eu me evadisse da escola antes de concluir o último ano do ensino fundamental (antiga 8ª série). 10 anos após consegui concluir o ensino fundamental, por meio do supletivo realizado pela Secretaria de Educação do Estado. No ano seguinte participei novamente do supletivo e concluí o ensino médio. Atualmente, sou servidora pública do município de Arapiraca, exercendo a função de Auxiliar administrativo.

Está apresentando este trabalho de conclusão de curso que para mim representa mais que o encerramento de um ciclo, representa a realização de um sonho de infância, remetendo-me aos tempos nos quais brincava de ser professora. Por muitos anos esse sonho se manteve esquecido, mas renasceu quando vi na EAD a possibilidade de concretizá-lo, mesmo em meio algumas dificuldades que haveria de enfrentar no percurso.

Quero deixar registrado o meu agradecimento a todos que acreditaram em mim, me incentivaram, especialmente nos momentos de fraqueza nos quais pensei em desistir. Espero que a minha experiência de vida alinhada aos conhecimentos adquiridos em minha formação acadêmica possam contribuir positivamente com a educação, e que essa possa tornar-se um bem acessível a todos.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha mãe e minha primeira educadora, Marinalva Rosália (in memoriam).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me sustentar todos os dias, ser o meu auxílio nos momentos difíceis nos quais me senti incapaz e por me permitir chegar até aqui. Às minhas filhas Crislane, Cleyce e Maria Vitória, minhas maiores motivadoras, agradeço pelo apoio e incentivo na realização desse trabalho, e aos meus netos Ana Clara e Bernardo que adotam os meus dias.

Gratidão a minha mestra orientadora, Elisângela Mercado, que com zelo e paciência me acompanhou no desenvolvimento deste trabalho. E a todos os professores que me acompanharam ao longo do curso, agradeço pelos ensinamentos transmitidos, pois foram essenciais para a minha formação e me permitiram chegar à etapa final dessa trajetória.

# A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e possibilidades

**Mônica Maria Felix Soares**  
monnifelix@gmail.com

**Elisângela Leal de Oliveira Mercado**  
elisangelamercado@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo busca investigar o cenário educacional das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil na perspectiva da Educação Inclusiva, a fim de conhecer os desafios e as possibilidades da inclusão escolar em creches e pré-escolas. Com o aumento das matrículas de estudantes com deficiência na escola comum, bebês e crianças com TEA estão cada vez mais presente nas creches e pré-escolas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, composta de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, na qual foi aplicado um questionário com os professores de educação infantil acerca do processo de inclusão escolar de bebês e crianças com TEA em creches e pré-escolas. A pesquisa parte do estudo sobre TEA e os direitos assegurados no âmbito educacional para essas crianças e estudantes na legislação brasileira, para discutir as políticas públicas desenvolvidas no Brasil nos últimos anos e identificar os desafios e possibilidades da inclusão de bebês e crianças com TEA na primeira etapa da Educação Básica.

**Palavras-chave:** Autismo. Educação Especial. Inclusão Escolar

**ABSTRACT:** This article aims to investigate the educational context of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education from the perspective of Inclusive Education, in order to understand the challenges and possibilities of school inclusion in daycare centers and preschools. With the increase in the enrollment of students with disabilities in mainstream schools, babies and children with ASD are becoming increasingly present in daycare centers and preschools. This is a qualitative and descriptive study, composed of bibliographic research and a case study, in which a questionnaire was applied to early childhood education teachers regarding the process of school inclusion of babies and children with ASD in daycare centers and preschools. The research is based on the study of ASD and the educational rights guaranteed to these children and students under Brazilian legislation, in order to discuss the public policies developed in Brazil in recent years and identify the challenges and possibilities of including babies and children with ASD in the first stage of Basic Education.

**Keywords:** Autism. Special Education. School Inclusion.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial tem passado por períodos de reestruturação nas últimas décadas, desde a publicação pelo Ministério da Educação (MEC) da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Assim, também a Educação Infantil tem mostrado mudanças significativas com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2009). A educação de bebês e crianças com deficiência, TEA, altas habilidades e superdotação passa a ser pensada desde as creches, sob a premissa de que educação é direito fundamental, bebês são sujeitos de direitos e o sistema educacional brasileiro deve ser regido sob a perspectiva da Educação Inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece no artigo 58 a educação especial como uma modalidade de ensino com início na educação infantil e que

deve se estender ao longo da vida. Reafirma a Constituição Federal ao determinar, no art. 4º, como dever do Estado a oferta do “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, p. 2). Nesse sentido, creches e pré-escolas públicas ou privadas devem matricular bebês e crianças com TEA, ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e contratar professores com formação adequada para atender essas crianças em contexto educacional inclusivo.

A escolha da temática justifica-se pelo desafio vivenciado nas creches e pré-escolas com o aumento crescente nas matrículas de crianças com TEA na educação infantil, despertando o interesse em pesquisar sobre a realidade da inclusão dessas crianças nas turmas regulares de educação infantil e os desafios provenientes desse processo, tanto para as crianças quanto para os professores, e sobre as possibilidades de melhorias no processo de inclusão dessas crianças.

Uma breve análise do Censo Escolar dos últimos cinco anos aponta uma crescente no quantitativo de matrículas da Educação Especial na Educação Infantil. Em 2018, foram matriculadas 126.029 crianças com deficiência em instituições de educação infantil; em 2023, este número aumentou 137% chegando ao registro de 284.847 crianças matriculadas. (INEP. 2024). Apesar do aumento no número de matrículas, o desafio de incluir bebês e crianças com TEA passa pela formação de professores, adequação da prática pedagógica, baixa taxa e oferta do AEE. Os cursos de formação inicial juntamente com as formações continuadas ofertadas pelas Secretarias de Educação precisam ser organizados para atender a necessidades e especificidades dessas crianças. O ambiente escolar precisa ser pensado considerando a necessidade de flexibilização curricular, acessibilidade de recursos, materiais e brinquedos e professores e profissionais de apoio escolar com formação adequada.

O presente estudo busca investigar o cenário educacional das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil na perspectiva da Educação Inclusiva, a fim de conhecer os desafios e as possibilidades da inclusão escolar em creches e pré-escolas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e cunho descritivo acerca do processo de inclusão escolar de bebês e crianças com TEA em creches e pré-escolas. Baseada em livros, dissertações, teses e artigos sobre o tema, essa pesquisa apresenta um breve estudo sobre TEA, complementado pela discussão dos direitos previstos na legislação brasileira e das políticas públicas desenvolvidas no Brasil nos últimos anos. Os dados coletados permitem identificar os desafios e possibilidades da inclusão de bebês e crianças com TEA na primeira etapa da Educação Básica, à medida que aponta possíveis caminhos para a construção de um

sistema educacional inclusivo, começando pelas creches.

## **2 CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Autismo é um transtorno neuropsicomotor que atinge bebês e crianças, podendo ser diagnosticada a partir dos 18 meses. Caracterizado por dificuldades na comunicação e na interação social, com a presença de movimentos repetitivos (Mello, 2005). Crianças com TEA, comumente, apresentam atraso na fala, dificuldades de comunicação, resistência a mudanças na rotina, pouca interação, estereotípias, dificuldades para ouvir e atender comandos, dificuldades para compreender palavras ou textos com o sentido figurado.

As causas do autismo ainda são estudadas. Para alguns pesquisadores cerca de 80% dos casos com diagnóstico para TEA podem estar ligados a fatores genéticos, os outros 20% são de causas adversas. De acordo com Mello (2005, p.17) as causas do autismo podem estar relacionadas a problemas decorrentes da gestação, parto, ambientais etc.

A criança com TEA apresenta déficits em três áreas importantes do desenvolvimento humano: na interação social, na comunicação e no comportamento (APA, 2014). Por essa razão, é comum as crianças com TEA serem rotuladas como “alguém que vive em um mundo particular”, “não gosta de brincar com outras crianças”. A desinformação somada a ignorância acaba gerando barreiras atitudinais e o predomínio de uma visão capacitista, em relação a sua capacidade de aprender e interagir com o meio.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem no Brasil aproximadamente 2 milhões de pessoas com autismo, o que representa cerca de 10% da população. No entanto, os demais dados apontam uma estimativa crescente, assim como na taxa da matrícula na escola comum.

Para Alysson Muotri, professor e pesquisador da Universidade da Califórnia em San Diego (EUA), a obtenção de dados precisos acerca da população autista no país é de suma importância para que possa ser traçado um mapa capaz de fornecer dados para um melhor entendimento entre a relação dos fatores externos ou regionais, além de facilitar a elaboração de políticas públicas direcionadas a essa população.

Esse tipo de ferramenta pode ajudar os cientistas a entenderem melhor quais fatores influenciam na predisposição ao autismo. Sabemos que fatores genéticos são importantes, mas a contribuição do ambiente tem sido difícil de se estudar. Além disso, esse tipo de mapa pode auxiliar na identificação de regiões onde o autismo é ainda pouco conhecido e com baixo diagnóstico. (Muotri, s.d).

Estudos no campo da neurologia e da psicologia defendem que o diagnóstico de TEA seja feito o mais breve possível. A Lei nº 12.764/2012 defende a importância do diagnóstico precoce de crianças com TEA para que as intervenções se iniciem mais cedo possível, visando proporcionar melhora na qualidade de vida diária e social da criança. De acordo com a psicopedagoga Michelli Freitas, durante os 2 e 3 anos de idade o cérebro da criança ainda está em formação, sendo mais maleável nessa fase do que em outras idades. O diagnóstico mais cedo possibilita o aproveitamento da fase de maior potencial de aprendizagem do cérebro infantil, desse modo contribuiu para o desenvolvimento e a qualidade de vida da criança. Por esse motivo, os tratamentos iniciados ainda na primeiríssima infância apresentam melhores resultados à medida que promove a autonomia e diminui o grau de dependência de apoio no autismo.

### **3 A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO**

Ao longo dos séculos XIX e XX a educação especial teve sua trajetória construída por movimentos defensores da: exclusão, segregação, integração e inclusão. No período de exclusão a sociedade matava, abandonava ou escondia a pessoa com deficiência. Durante o período de segregação a pessoa com deficiência era colocada em asilos, hospitais e escolas especializadas para conviver e aprender com os pares, longe dos olhos da sociedade. O ideal da integração rompe com a segregação e exclusão defendendo a ideia de que as pessoas com deficiências educáveis e treináveis podem conviver em sociedade, enquanto as demais devem continuar segregadas em espaços especializados. Para romper com a ideia de que a pessoa com deficiência não é uma aberração, o diferente ou excepcional e na defesa do paradigma de que diferença e diversidade são constitutivas da natureza humana, surge a perspectiva inclusiva. Nela o estudante não se adapta à escola, ao currículo e às atividades, ao contrário é a escola, os professores, o currículo que devem ser repensados para atender todos os estudantes.

Nos anos 90 surgem novos movimentos que apontavam para o surgimento de um novo paradigma educacional, desta vez a “Inclusão”, no sentido da palavra que significa fazer parte de, não só estar na escola fisicamente, mas participar efetivamente das experiências pedagógicas, se integrarem e se socializar com os demais alunos e aprender segundo suas potencialidades e limitações (Stainback, 1999, p. 40).

Corroborando com Stainback (1999), não basta a aprovação de um texto constitucional para garantir o direito das pessoas com deficiência à educação. A construção de um sistema educacional inclusivo demanda o reconhecimento desse direito em acordo internacionais, que podem pressionar os países signatários na criação de políticas públicas voltadas para a inclusão de estudantes historicamente marginalizados. Durante a Conferência Mundial sobre a

Educação para Todos, em Jomtien, foi acordado que os países signatários devem promover à universalização do acesso à educação, estabelecendo compromissos voltados à garantia de conhecimentos básicos necessários a uma vida digna em prol de uma sociedade mais humana e justa. Em 1994, foi aprovada a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Inspirada na Conferência de Jomtien, a Declaração de Salamanca defende o direito à educação para estudantes com deficiência em escolas comuns:

3.O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. [...] incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994, p. 3).

De acordo com a Declaração de Salamanca, as escolas devem promover a inclusão escolar e defender os princípios de diversidade, igualdade, equidade e respeito às diferenças, garantindo meios para que todos os estudantes com deficiência tenham suas necessidades atendidas, sem que haja discriminação ou que esses sejam obrigados a se adaptar à escola, e não o contrário. O currículo escolar deve ser adequado às necessidades e especificidades de cada estudante com deficiência, pois somente dessa forma a inclusão pode acontecer.

O ideário da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva começando pela Educação Infantil é fortemente difundido na segunda década de 2000. Fruto da luta dos movimentos sociais e famílias de crianças com deficiência pelo acesso, aprendizagem, permanência e participação em creches e pré-escolas em igualdade de condições com outras crianças. Para Mantoan (2017, p. 244) “a inclusão é a diferença e não a pessoa diferente, pois todos nós somos diferentes, desta maneira, estudar a diferença é um ponto crucial. A diferença é um conceito muito importante e que traz o cerne da compreensão da inclusão.” Assim, a educação especial passa a ser regida pelo paradigma da inclusão, tendo como princípios: o respeito às diferenças, a valorização da diversidade e a defesa pela equidade.

Baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) é um marco na luta em prol da construção de um sistema educacional inclusivo. Aprovada na íntegra com status de Emenda Constitucional pelo Decreto nº 6.949/2009, a Convenção reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação e, determina no art. 24 que “para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades o Estado tem o dever de garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis” (BRASIL, 2009, p. 11).

De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2022) o número

de matrículas de crianças com deficiência na Educação Infantil tem crescido nos últimos anos, entretanto nem todas as matrículas são em classes comuns, ou seja, 5% dos bebês e crianças com deficiências ainda estão matriculadas em classes e escolas especiais, sustentando uma visão de educação especial não inclusiva (Gráfico 1).

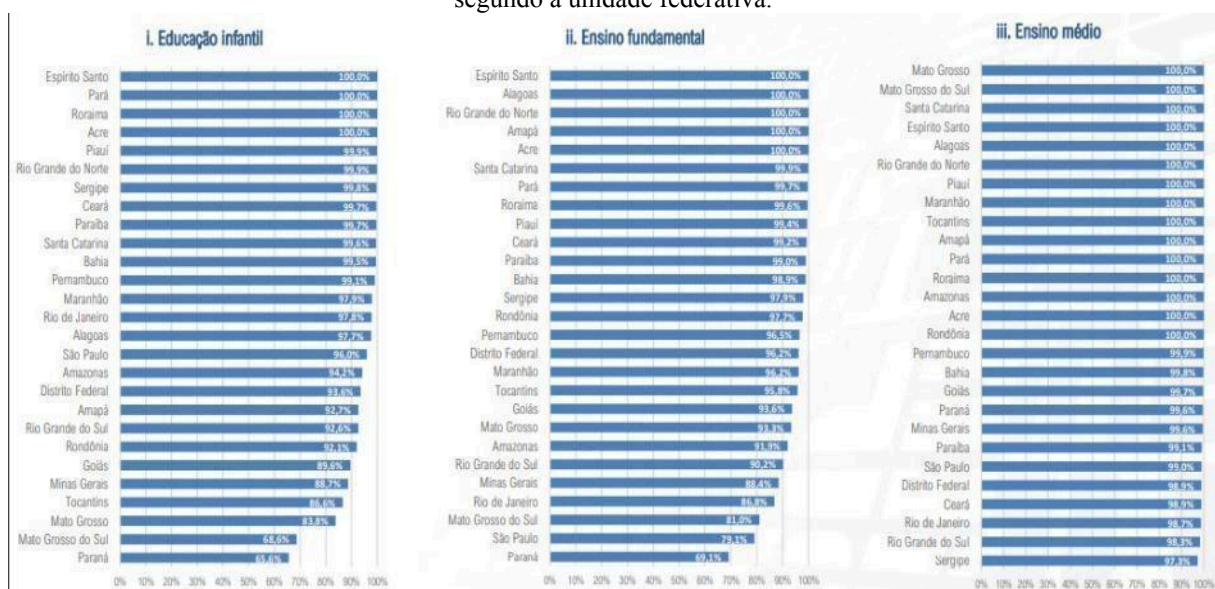
**Gráfico 1.** Evolução das matrículas de educação especial na Educação Infantil, por local de atendimento (2010-2022)



Fonte: SINPRO-DF

A manutenção de classes ou escolas especiais para bebês e crianças com deficiências nos preocupa porque estamos falando de ambientes segregados, que desrespeitam as infâncias e as crianças, sustentados por uma visão adultocêntrica, clínica-pedagógica e capacitista. Entretanto, ao separarmos este dado por unidade federativa identificamos que o esforço do Brasil na construção de um sistema educacional inclusivo começando pelas creches já acontece em alguns Estados, ao zerar o atendimento em classes e escolas especiais (Gráfico 2).

**Gráfico 2 -** Percentual de estudantes da educação especial incluídos em classes comuns por etapa de ensino, segundo a unidade federativa.



Fonte: SINPRO-DF

Analisando esses dados, é possível perceber o esforço de muitos estados brasileiros para atender a política de inclusão escolar. Espírito Santo, Pará, Roraima e Acre atende 100% das crianças com deficiência na escola comum. Na contramão deste movimento Mato Grosso do Sul e Paraná ainda têm crianças sendo atendidas em classes e escolas especiais. O movimento em prol da consolidação de uma Educação Inclusiva enfrenta resistências pela manutenção de classes e escolas especializadas, esse pensamento advém da cultura e da visão de deficiências de cada comunidade, em especial, nos Estados onde o assistencialismo e a filantropia plantaram suas raízes.

O Brasil precisa compreender o desafio de pensar em políticas públicas que apoiem à inclusão escolar, e para tal, é necessário investir na formação e valorização de professores e profissionais de apoio as crianças com deficiência, ampliar a rede de apoio à inclusão em cada escola e subsidiar às escolas com materiais e recursos que garantam a acessibilidade. A criação de leis e a garantia de matrícula não são suficientes para assegurar a permanência, a aprendizagem e a participação das crianças com deficiência nas instituições. Sobretudo, com o aumento das matrículas de bebês e crianças com TEA nos Centros de Educação Infantil que resulta em maiores desafios para a educação.

#### **4 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA**

Com o advento da Constituição Federal, a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 13.146/2015 bebês e crianças com TEA têm o direito à matrícula em qualquer instituição de educação infantil pública ou privada, sem discriminação ou segregação.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 2).

Trata-se de um aparato legal que combate a segregação e o capacitismo, assegurando e promovendo a igualdade de condições e o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência como expresso no art. 4º da Lei Brasileira de Inclusão “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 2). Trata-se de uma Lei que defende o exercício da cidadania e inclusão social, a partir da inclusão escolar, ao reconhecer a finalidade da escola posta na LDB.

Assim, o direito ao acesso das crianças com deficiência à escola comum não pode ser

negado ou omitido, assim como a cobrança de valores adicionais pela oferta do AEE ou de um profissional de apoio escolar. Os gestores que assim o fizerem estão sujeitos a pagamento de multa e reclusão por 2 a 5 anos. O art. 28 da LBI determina que as adequações necessárias às necessidades e especificidades de cada estudante com deficiência deve ser expressa no Projeto Político Pedagógico, prezando pelas condições de igualdade e equidade.

Santos (2008) chama a atenção para a importância da escola, sobretudo na educação infantil, na investigação do diagnóstico do TEA “[...] pois é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares, é onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais, tarefa muito difícil para o autista” (p. 9-10). A escola é um importante espaço de observação e acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem dos bebês e das crianças, não sendo diferente para a criança com TEA, pois permite a identificação de comportamentos, linguagens e formas de interações característicos do Autismo.

A inclusão das crianças com TEA na Educação infantil passa pela compreensão da sua forma singular de entender o mundo e se expressar. A observação do ato de brincar revela algumas características que servem de alerta para iniciar a investigação das crianças. Algumas crianças com TEA não brincam mantendo a função social do brinquedo, apresentam dificuldades em compreender o “faz de conta” ou se desorganizam caso outra criança interfira na forma como ela organizou os brinquedos. O processo de aprendizagem dessas crianças requer adequações nas brincadeiras e nas interações podendo confrontar os métodos escolarizantes usuais ou assistencialistas. A dificuldade na interação com outras crianças e adultos, por vezes, ocasiona momentos de reclusão ou exclusão das crianças com TEA no ambiente educacional, por isso as adaptações se fazem essenciais para impedir que se formem barreiras que impeçam a inclusão e o direito à educação e o acesso ao currículo.

Nesse sentido, o maior desafio não está em inserir a criança com TEA em creches e pré-escolas, mas na ausência de uma formação docente que instigue questionamentos, observações e registros dos professores ao documentarem o cotidiano dessas crianças e das demais na instituição de educação infantil. É imprescindível que nos momentos de planejamento e avaliação do trabalho pedagógico sejam discutidas e analisadas as necessidades e especificidades de cada criança com TEA matriculada, assim como as suas potencialidades de desenvolvimento e aprendizagem.

De acordo com Santos (2008) o comportamento da criança com TEA é facilmente confundido com falta de educação ou de limites. É importante que toda a comunidade escolar tenha conhecimento sobre o TEA para reconhecer e auxiliar na aprendizagem e no

desenvolvimento da autonomia dessas crianças. Entender o comportamento e as especificidades da criança é importante para saber como e quando intervir. O professor deve ser o principal incentivador da inclusão escolar e contribuir de forma eficaz para diminuição das concepções preconceituosas e capacitistas. Essa postura do professor passa pela compreensão de que a criança com TEA é um sujeito explorador, criativo, curioso e protagonista do próprio processo de aprendizagem. Cabe ao professor ampliar as formas de comunicação com essas crianças, valorizando as suas diversas linguagens e entender que cada uma delas possui sua forma própria de representação do mundo.

A criança não pode ser definida pelo TEA, mas esse se estabelece na diversidade com outras crianças. É preciso que o professor aprenda a observar as possibilidades que a inclusão escolar da criança com TEA traz para o enriquecimento do cotidiano escolar e incluí-las no planejamento pedagógico. Crianças com TEA apresentam características específicas e necessidades que variam de uma criança para outra. Isso traz possibilidades para a escola repensar e valorizar a Pedagogia do cotidiano, da observação e da escuta, consolidando uma visão de escola que respeita às infâncias e valoriza a criança.

## **5 METODOLOGIA**

Esse artigo se fundamenta numa abordagem de pesquisa qualitativa, explicada por Creswell (2014) como a busca para se entender um fenômeno em seu contexto natural, a partir de um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, podendo incluir: notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes.

A pesquisa foi realizada em duas etapas: na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, revistas e *web sites* para conhecer os conceitos e os marcos legais acerca da inclusão escolar e do TEA, observando os desafios e as possibilidades existentes no processo de inclusão escolar de crianças com TEA na Educação Infantil. Na segunda etapa, realizou-se o estudo de campo com a aplicação de um questionário a professores de Centros de educação infantil no município de Arapiraca. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

### **1. Definição e projeto:**

A definição do tema do projeto foi motivada pelo aumento das matrículas de

estudantes com deficiência na escola comum, e a presença crescente de bebês e crianças com TEA nas creches e pré-escolas. O projeto de pesquisa foi elaborado com a finalidade de investigar os desafios e as possibilidades da inclusão de bebês e crianças com TEA na educação infantil, utilizando-se de pesquisas bibliográficas (livros, artigos científicos, revistas e *web sites*) e do estudo de caso por meio da elaboração de um questionário para coleta de dados, como explicado no tópico seguinte.

## 2. Preparação e coleta de dados:

Após a delimitação do tema e a definição dos objetivos, foi escolhida a metodologia a ser empregada para a coleta de dados. A coleta de dados da pesquisa foi dividida em dois momentos: O primeiro momento ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas que serviram como base teórica para a sua elaboração. No segundo momento ocorreu o estudo de caso em que foram coletadas informações, por meio de um questionário respondido por professores da educação infantil do município de Arapiraca. Os entrevistados foram escolhidos com base em sua atuação, sendo escolhidos somente aqueles que atuavam com crianças com TEA em suas turmas.

O questionário foi respondido por 05 professores de 03 (três) centros de educação infantil do município de Arapiraca, tendo como objetivo analisar como os participantes entendem e praticam a inclusão de crianças com TEA e sobre a ocorrência de formações continuadas com a temática do autismo e da inclusão escolar, e para conhecer os desafios e as possibilidades que esses professores enxergam como resultantes da inclusão escolar dessas crianças.

## 3. Análise inicial:

A análise inicial da pesquisa representa a experiência individual de cada professor participante. As informações fornecidas pela aplicação do questionário decorrem da experiência individual, no entanto fornece um panorama geral da situação vivenciada pelos professores de educação infantil da rede pública de Arapiraca. O questionário apresenta a sua estrutura dividida em tópicos (Quadro 1):

Quadro 1: Descrição das categorias do questionário aplicado aos professores.

<b>DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES</b>	
T1	<b>Participação dos professores em formações sobre o autismo</b>
T2	<b>A oferta de formação e cursos sobre educação inclusiva e autismo pelo Município</b>
T3	<b>A instituição e a inclusão de crianças com deficiência</b>

T4	<b>As barreiras no atendimento oferecido as crianças com TEA nas creches e pré-escolas</b>
T5	<b>O cotidiano da inclusão das crianças com TEA</b>
T6	<b>O trabalho docente e a relação com os alunos autistas</b>
T7	<b>Os desafios na inclusão escolar das crianças com TEA</b>
T8	<b>Parceria entre família e escola no atendimento as crianças com TEA</b>
T9	<b>Acompanhamento Educacional Especializado</b>

T10	<b>Principais desafios na inclusão escolar de crianças com TEA</b>
-----	--

Fonte: autoria própria (2023)

## 6 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TEA

O processo de inclusão escolar pode ser tomado pelo crescente aumento no número de matrículas das crianças com TEA nas creches e pré-escolas, em cumprimento as leis vigentes. Contudo, alguns professores ainda descrevem receio ou medo em relação à inclusão de bebês e crianças com deficiência e acusam a falta de formação adequada para lidar com o TEA como elemento principal na resistência ao trabalho com essas crianças.

Com o objetivo de investigar a realidade da inclusão nos centros de educação infantil do município de Arapiraca e conhecer a perspectiva dos professores diante dos desafios e possibilidades proporcionados pela inclusão, foi realizada uma pesquisa por meio da aplicação de um questionário. O questionário foi aplicado e respondido de forma espontânea por cinco professores do município de Arapiraca.

## 7 ANALÍSES DO RESULTADO

A pesquisa foi realizada durante um evento de educação ocorrido no município com objetivo de contribuir para a formação continuada dos profissionais da educação do município. Para preservar o sigilo dos participantes, os respondentes serão identificados nesse estudo por algarismo indo-arábico. Ao serem questionados sobre a participação e oferta de cursos ou momentos formativos sobre o TEA os professores responderam (Quadro 2):

**Quadro 2 – Participação dos professores em formações sobre o autismo e educação inclusiva**

<b>Participantes</b>	<b>Resposta</b>
P.1	Já participei de algumas formações com as temáticas da educação inclusiva e autismo.
P.2	Nunca participei de formações sobre educação inclusiva ou autismo.
P.3	Participei de algumas formações de maneira remota.
	Sim, já participei de algumas formações com a temática da educação inclusiva em que o autismo foi abordado.
P.5	Sim, específicas para educação inclusiva.

Fonte: autoria própria (2023)

A Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão institui a adoção de práticas pedagógicas inclusivas para os programas de formação inicial e continuada de professores e a oferta de formações continuadas para o atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2015, art. 28). No entanto, observa-se que entre os participantes da pesquisa há professores que dizem nunca ter participado de formações continuadas sobre os temas autismo e educação inclusiva, outros denunciam que as formações de professores têm apresentado um aspecto superficial e distante da sua prática pedagógica quando se trata da inclusão de crianças com TEA. A ausência de discussões e estudos sobre a inclusão escolar desse público é uma realidade frequente na Educação Infantil.

Esta realidade corrobora com as ideias de Mantoan (2015), ao descrever que a formação continuada tem sido um grande desafio na inclusão escolar, pois implica em buscar novos significados para o papel do professor, da escola e própria educação e das práticas pedagógicas comumente utilizadas, não sendo diferente no tocante a inclusão das crianças com TEA. Para aprofundar os estudos acerca da formação continuada foi questionado se o município tem realizado ofertas regulares sobre o tema (Quadro 3).

**Quadro 3 – Oferta de cursos e formações com os temas da educação especial e autismo pelo município**

Participantes	Resposta
P.1	“Oferece parcialmente, porém sem aprofundamento, deve haver mais investimento.”
P.2	“Nunca fui informada de formações e cursos com essas temáticas ofertadas pelo município.”
P.3	“Não são ofertados cursos pelo município, também não há programas de bolsas. As formações que participei e que foram realizadas pelo município, na verdade foram palestras com especialistas que falaram sobre o autismo. O tema educação inclusiva foi abordado de forma vaga.”
P.4	“O município oferta formações continuadas com palestras abordando a educação especial, também oferta de curso de libras gratuito professores e para a comunidade. Apesar da abordagem ser vaga, esses cursos aprimoraram a prática docente.”
P.5	“O município oferta formações para os professores, porém os temas são apresentados apenas na teoria e não contribuem muito para a nossa prática cotidiana.”

Fonte: autoria própria (2023)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu artigo 61 que trata da formação dos profissionais da educação, diz que a formação desses profissionais deve abranger conhecimentos necessários para atender às especificidades do exercício de suas atividades. Em suas respostas os professores demonstram que existem problemas na comunicação e divulgação das oportunidades de formação, atentando para a falta de conhecimento de alguns professores sobre as ofertas disponíveis. Eles também esboçam críticas à superficialidade das formações e ao fato de que elas não atendem às necessidades práticas dos profissionais. Apesar das formações serem vistas como superficiais, ainda há um reconhecimento de que elas têm um impacto positivo, embora limitado. Existem ainda críticas sobre a falta de aplicação prática dos temas abordados nas formações continuadas, o que

sugere que as formações poderiam ser mais orientadas para a prática. Isso evidencia que as formações continuadas ofertadas pelo município vêm ocorrendo no que diz respeito à educação especial e a inclusão escolar, no entanto, esses temas são abordados de maneira superficial e ineficiente para preparar os professores para a prática da educação inclusiva. Além da insuficiência na formação dos professores existe a barreira da falta de investimentos na estrutura das instituições e na aquisição de recursos pedagógicos (Quadro 4).

**Quadro 4 – A instituição e a inclusão de crianças com deficiência**

<b>Participantes</b>	<b>Resposta</b>
P.1	“Na instituição existe o mínimo, o que dificulta o trabalho com as crianças com deficiência.”
P.2	“Não existem recursos pedagógicos específicos para esse público.”
P.3	”A falta de recursos pedagógicos específicos para esse público. Acredito que não haja verba destinada para isso ou falta atenção da gestora para essa necessidade.
P.4	“Não são disponibilizados muitos recursos, na instituição temos o mínimo como rampas de acesso e alguns materiais lúdicos e pedagógicos.”
P.5	“É tudo muito precário, chegando a faltar o básico.”

**Fonte:** autoria própria (2023)

Somente garantir a matrícula da criança com TEA não é cumprimento de inclusão, faz-se necessário garantir os meios para a permanência, aprendizagem e participação como as demais. Nas respostas obtidas vemos que existe uma preocupação significativa com a falta de recursos e infraestrutura para atender adequadamente às crianças com deficiência nas instituições, pois existem recursos pedagógicos específicos que são de suma importância para facilitar a acessibilidade e permitir que a criança com TEA possa acompanhar o currículo escolar, e esses não estão sendo disponibilizados nos centros de educação infantil do município. É preciso que os gastos públicos sejam pensados na forma de investimentos na educação inclusiva, visando melhorias da estrutura física, humana e material. Também cabe aos gestores escolares observar as necessidades desse público e ao Conselho Escolar, utilizar-se do seu poder deliberativo para priorizar a aquisição de materiais pedagógicos específicos com os recursos financeiros recebidos diretamente pela instituição, visto que a precariedade de materiais e a falta de melhorias estruturais tornam-se um obstáculo para a qualidade do atendimento ofertado (Quadro 5).

**Quadro 5 – As barreiras no atendimento oferecido as crianças com TEA nas creches e pré-escolas**

<b>Participantes</b>	<b>Resposta</b>
P.1	“Falta espaço adequado às especialidades, faltam salas e materiais pedagógicos e lúdicos.”
P.2	“Há várias barreiras, começando pela falta de um olhar mais voltado para as necessidades dessas crianças, cuidadores sem formação específica que atendam as necessidades da criança, falta de apoio ao professor, o que dificulta a prática pedagógica e a evolução das crianças autistas.”
P.3	“O espaço não é favorável para a realização de um trabalho diferenciado, as salas são pequenas para a quantidade de crianças, o ambiente é mal dividido e os materiais pedagógicos são insuficientes, os materiais disponíveis são apenas giz de cera e folhas de papel.”
P.4	“Existem barreiras na acessibilidade, pois o espaço não é adequado. Os materiais são escassos, faltam recursos e uma melhor qualificação dos profissionais.”

P.5	“Faltam recursos pedagógicos, espaço sala para atividades diferenciadas, apoio pedagógico no planejamento das atividades adaptadas.”
-----	--

Fonte: autoria própria (2023)

De acordo com Mantoan (2016) a escola, em alguns casos, atua de maneira excludente, pois prioriza, em suas práticas, o quantitativo ao qualitativo. Existe a dificuldade da escola em compreender o que é a inclusão e dificuldade em promover à educação para todos, e não somente para alguns. As respostas dadas pelos professores destacam a existência de diversas barreiras na estrutura e no suporte oferecido as crianças com deficiência nas instituições, além de demonstrar o despreparo das instituições no atendimento as crianças atípicas. Isso fica evidente ao falarmos sobre planejamento e adaptações das atividades (Quadro 6).

**Quadro 6 – O cotidiano da inclusão das crianças com TEA nas Creches e Pré escolas**

Participantes	Resposta
P.1	“A instituição tem em seu planejamento a preocupação com a inclusão, porém encontramos barreiras que impedem a execução, como a falta de material e a estrutura física precária.”
	“Não enxergo que haja preocupação com a inclusão, apenas garante o acesso, mas não oferece os recursos básicos, fica tudo sobre a responsabilidade do professor.”
P.3	“As atividades e ações são planejadas e discutidas, compartilhamos também as experiências buscando a inclusão e desenvolvimento de todas as crianças.”
P.4	“Sim, a coordenação da instituição elabora o planejamento permitindo adaptar as atividades de acordo com as necessidades, segundo o princípio da equidade.”
P.5	“Não são cobradas adaptações nas atividades, o que eu faço é por conta própria para tentar incluir a criança nas atividades.”

Fonte: autoria própria (2023)

É visto que a inclusão na prática ainda não é uma realidade nas instituições de ensino, especialmente quando se trata da educação infantil. Para Mantoan (2016) o problema da inclusão está na resistência da escola em mudar os seus padrões. A autora comenta também sobre a formação dos professores, que em sua maioria são voltadas para a educação comum, não preparando professores para a educação inclusiva. Os argumentos dados pelos professores apontam para a falta de conhecimento adequado, levando o professor a buscar por modelos de atividades prontas disponíveis na *internet* e que nem sempre se enquadram com a sua realidade e com as necessidades da criança (Quadro 7).

**Quadro 7 – O trabalho docente e a relação com as crianças com TEA**

Participantes	Resposta
P.1	“Ocorrem mediante o que tem de material disponível. A falta de materiais dificulta bastante, mas procuro inovar as práticas, dentro do possível. A falta de medidas públicas que favoreçam a verdadeira inclusão.”
P.2	“Procuro utilizar brinquedos pedagógicos, materiais e atividades adaptadas. Sempre busco melhorar o ambiente para torná-lo adaptado as necessidades da criança autista e incluir práticas que favoreçam a socialização.”
P.3	“Em meu planejamento semanal busco inovar e adaptar as atividades que consiga abranger a todas as crianças. Sempre faço pesquisas a fim e busco por vídeos no <i>youtube</i> para criar

	aulas diversificadas e que prendam a atenção e ajudem no desenvolvimento. Geralmente consigo alcançar bons resultados. Quando não dá certo o planejado procuro uma solução, um “plano B” que permita a continuidade da aula.”
P.4	“Procuro planejar atividades adaptadas que atendam as crianças autistas, remodelando as atividades e buscando utilizar o foco de interesse da criança como ferramenta. Busco prender a atenção das crianças relacionando o foco da criança autista com objetivo a ser atingido.”
P.5	“Procuro adaptar as atividades, pesquiso na internet atividades que sejam atrativas para a criança autista.”

**Fonte:** autoria própria (2023)

As atividades adequadas às necessidades, interesses e especificidades devem contribuir para desenvolver a autonomia das crianças com TEA, elas precisam ser adaptadas corretamente, em conformidade com as necessidades da criança e o objetivo que se espera alcançar. De acordo com Mantoan (2016) é preciso entender que o planejamento do professor não pode ser pensado para alguns, ele tem que atender a todos. É preciso considerar a diferença de todos e não preencher um modelo ou padrão, pois todo modelo exclui aqueles que não são iguais ao modelo produzido. A ação da família junto a escola também é fundamental para conhecer as particularidades da criança e desenvolver uma parceria visando a garantia de melhores condições de vida e desenvolvimento para ela (Quadro 8).

**Quadro 8 – Parceria entre escola e família na inclusão das crianças com TEA**

<b>Participantes</b>	<b>Resposta</b>
P.1	“Diante da defasagem que é a educação inclusiva, e de fato, muitos pais acabam sendo barrados de fazer mais pelos filhos, pois não conseguem fazer o acompanhamento médico e terapêutico que essas crianças precisam. Contudo, a parceria acontece na medida do possível.”
P.2	“Considero pouca a participação dos pais, é preciso que haja mais parceria, as crianças que fazem terapias são em clínicas e consultórios que não levam em conta as necessidades observadas pelos profissionais da escola.”
P.3	“Ainda há algumas famílias que tem dificuldades para aceitar o diagnóstico e acabam por dificultar o desenvolvimento da criança e sua inclusão por falta de informações e acompanhamento necessário.”
P.4	“A participação da família é de fundamental importância, ela se inicia desde a aceitação do diagnóstico. Essa parceria favorece o trabalho do professor, que pode trabalhar de forma objetiva onde a família reforça em casa o que é ensinado em sala. A família ajuda e participa bastante do processo educacional e desenvolvimento dessas crianças.”
P.5	“A família participa buscando atendimento médico, acompanhando o desenvolvimento da criança e apoiando as adaptações que proponho e ajudando como pode.”

**Fonte:** autoria própria (2023)

A participação da família é de suma importância no processo educacional, principalmente, na Educação Infantil. Essa parceria entre escola e família representa um diferencial no processo educativo. Observa-se que na maioria dos casos as famílias das crianças com TEA que procuram as instituições de educação infantil ainda estão em busca de um diagnóstico ou assimilando o diagnóstico recebido. É necessário que a escola esteja preparada para dialogar com essas famílias, a fim de fortalecer a relação de parceria, buscando compreender as suas dificuldades e auxiliá-las no desenvolvimento e aprendizagem

dessas crianças, porém os professores ainda consideram-se leigos para tratar da diversidade que o espectro apresenta e relatam a necessidade de apoio de um profissional habilitado para melhor orientá-los.

**Quadro 9. Acompanhamento Educacional Especializado das crianças com TEA.**

Participantes	Resposta
P.1	“Às vezes ocorre, a frequência depende das instituições que realizam o trabalho em parceria com a instituição. Os professores não são incluídos.”
P.2	“A criança é acompanhada por profissionais na rede particular. Os professores não são incluídos no atendimento.”
P.3	“A criança não recebe atendimento educacional especializado. Pelo que foi me passado existe uma idade mínima para que a criança seja atendida de forma gratuita pelo CAEE.”
P.4	“Não é ofertado o Atendimento Educacional Especializado para essa faixa etária.”
P.5	“O acompanhamento com a fono ocorre semanalmente, porém a família está aguardando o surgimento de vaga para acompanhamento psicológico. O atendimento educacional especializado não é oferecido para a criança.”

Fonte: autoria própria (2023)

No município de Arapiraca o AEE não ocorre nas instituições de educação infantil. As crianças com diagnóstico de TEA recebem atendimento terapêutico pelo SUS e na rede particular, ou são encaminhadas para tratamento clínico no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), onde são atendidas por psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. É relevante salientar que o AEE é ofertado apenas a partir dos 6 anos de idade, por isso a ausência desse serviço para bebês e crianças em instituições educacionais ou terapêuticas ocasiona numa enorme lista de espera. Também foi possível constatar que alguns dos professores confundem o acompanhamento terapêutico com Atendimento Escolar Especializado. Ademais, os professores expõem os principais desafios que encontram na inclusão escolar de crianças com TEA e o que enxergam como possibilidades para o progresso da inclusão escolar. (Quadro 10).

**Quadro 10 - Principais desafios na inclusão escolar das crianças com TEA**

Participantes	Resposta
P.1	“Existem diversos obstáculos que dificultam a inclusão, desde a falta de recursos financeiros e o descaso do poder público que influenciam negativamente na evolução da educação inclusiva. É possível fazer muito por essas crianças, desde que os governantes assumam a sua parte e invistam em melhorias na educação inclusiva.”
P.2	“A falta de preparo dos profissionais para lidar com as crianças e inclui-las nas atividades é uma grande dificuldade, pois muitas vezes me vejo perdida diante de uma situação de crise, e impedida de fazer o planejado. Para que se consiga alcançar as potencialidades dessa criança é preciso aprender a melhor forma de trabalhar com ela, como deve ser a nossa postura diante de algumas situações.”
P.3	sem saber como agir para incluir a criança, pois ela não verbaliza e se descontrola facilmente. Para que a criança autista possa se desenvolver é preciso pensar em qualificar os profissionais escolares, tanto professor como cuidador, e garantir o acompanhamento necessário daquela criança.”

P.4	“Entre as principais dificuldades cito a recusa da criança em participar das atividades, seguir a rotina e cumprir as regras, dificuldade de comunicação que impedem o professor e os colegas de compreender o que a criança diz. Mais de uma criança autista em uma turma dificulta o desdobramento das ações, e a atenção e os esforços são divididos, visto que as características se diferem de um autista para o outro. Outra dificuldade está na falta do acompanhamento educacional especializado. Apesar das dificuldades é possível observar que houve avanços. Acredito que podemos ter bons resultados havendo mais investimento e a quantidade menor de crianças por turma, permitindo ao professor se dedicar mais às necessidades da criança.”
P.5	“As dificuldades são com relação à linguagem, na falta de interesse em participar das atividades em grupo e desviar o foco de um único objeto. Outra dificuldade é conseguir dar suporte nos momentos de desregulação da criança tendo que ter atenção nas demais crianças, nesses momentos, quase sempre é necessário que a cuidadora o tire da sala para que ela possa se acalmar.”

**Fonte:** autoria própria (2023)

Diante das observações e dados relativos, os principais desafios à inclusão escolar das crianças com TEA, estão na dificuldade de compreensão dos professores diante das especificidades da criança com TEA e na prática pedagógica no contexto inclusivo. Os resultados mostram a necessidade de investimentos e formações de qualidade e direcionadas à prática inclusiva para os professores e demais profissionais que atuam diretamente com as crianças na educação infantil.

A inclusão de crianças com TEA em um ambiente comum ainda é um desafio para professores e redes de ensino. A inclusão escolar com o AEE na escola comum permite a criança com TEA ter acesso ao currículo escolar, alcançar maior autonomia e interagir com outras crianças e os adultos em suas atividades cotidianas, auxiliando no desenvolvimento das suas potencialidades, porém, no município, esse atendimento não é disponibilizado na educação infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou conhecer e analisar os desafios e possibilidades da inclusão de crianças com TEA na educação infantil diante do aumento crescente de matrículas desse público em creches e pré-escolas. O estudo mostrou que o município tem buscado estar em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão em favor dos direitos da pessoa com deficiência e das normativas para a educação inclusiva, que abrange as crianças com TEA. No entanto, ao analisar a prática pedagógica e o cotidiano das creches e pré-escolas ficou evidente a existência de barreiras que impedem a inclusão de ocorrer verdadeiramente. Praticar a inclusão é oferecer meios para garantir uma educação adaptada às particularidades e potencialidades da criança com deficiência, de modo que todas as crianças possam aprender juntas, valorizando a diversidade e as diferenças.

Os resultados da pesquisa mostraram que os professores não possuem um

planejamento pedagógico adaptado e buscam o auxílio da internet para extrair modelos prontos de atividades, na tentativa de atender as necessidades das crianças com TEA. Os profissionais reclamam da precariedade da estrutura física e da falta de materiais lúdicos e pedagógicos que possibilitem a realização das atividades, além da falta de planejamento adequado em atenção a esse público. Dentro das limitações o professor tem tentado apenas atrair a atenção das crianças com TEA para que executem as atividades, e por vezes isso não é o suficiente.

Observa-se nas respostas ao questionário a unanimidade dos participantes quanto à necessidade de formações mais completas, que os auxiliem na inclusão dessas crianças de maneira mais eficaz, e que apresentem conhecimentos sobre novos métodos e abordagens que os permitam compreender e agir de acordo as especificidades de cada criança.

Os principais desafios estão na falta de investimentos na formação continuada dos profissionais, além da estrutura ineficiente das instituições de ensino e na falta de materiais adequados para o desenvolvimento das atividades. Os profissionais têm ciência da importância da inclusão, e que por meio dela é possível proporcionar melhorias significativas na socialização e no desenvolvimento das crianças com TEA, porém esses profissionais afirmam não estarem preparados para fazê-la acontecer de forma concreta.

Mostrou-se evidente a necessidade da criação de meios para reforçar e aperfeiçoar o trabalho pedagógico e a construção de políticas de investimento em formações de qualidade, capazes de preparar os professores para o ambiente escolar inclusivo, especialmente no que diz respeito ao Transtorno do Espectro Autista, devido a crescente inserção desse público nas creches e pré-escolas. É preciso atenção da gestão pública nesse sentido, e também, na realização de melhorias na estrutura das instituições, por meio da aplicação efetiva de investimentos na educação infantil, para melhor atender as crianças com TEA, oferecendo um ambiente de aprendizagem adequado, que promova o desenvolvimento das habilidades educacionais e sociais com igualdade e equidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. J. L.; ARAÚJO, T. N. Entrevista com Maria Teresa Eglér Mantoan: Educação Especial e Inclusão Escolar. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 240-247, 2017. DOI: 10.5965/19843178130220172240. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9910>>. Acesso em: 20 set. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5** [Recurso eletrônico]. (5a ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília/DF: INEP, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Planalto, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 24 Abril de 2021.

CRESWELL, J. (2014) **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Pesquisa com docentes sobre a escolarização de crianças com deficiência**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/releases/pesquisa-com-docentes-sobre-a-escolarizacao-de-criancas-com-deficiencia> Acesso em: 27 de setembro de 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MELLO, A. M. S. **Autismo: guia prático**. 5. ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. 2008. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Lato Sensu em Distúrbios de Aprendizagem) - CRDA, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1588295-Ana-maria-tarcitano-dos-santos-autismo-desafio-na-alfabetizacao-e-no-convivio-escolar.html>> Acesso em: 15 de julho de 2021.

SILVA, J. C. Aspectos Históricos da Educação Especial no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 4., João Pessoa, 2013. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2013. p. 1-20.

SILVA, T. S. da; SANTOS, L. M. R. dos. **A Relevância da Educação Inclusiva e o Autismo no Ensino Regular Brasileiro**. [s.d]. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-relevancia-educacao-inclusiva-autismo-no-ensino-regular-brasileiro.htm>> Acesso em: 11 de maio de 2021.

TISMOO. **Quantos autistas há no mundo?** Disponível em: <https://medium.com/@tismoo/quantos-autistas-h%C3%A1-no-mundo-a0c76c0b7533> Acesso em: 29 de junho de 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.